



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
15.745.860/0001-21
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
14/10/2011

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE - ASPRONORTE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ASPRONORTEPORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

01.19-9-01 - Cultivo de abacaxi

01.19-9-99 - Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente

01.31-8-00 - Cultivo de laranja

01.33-4-02 - Cultivo de banana

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

ROD AM 010 KM 141

NÚMERO
SNCOMPLEMENTO

CEP

69.100-970

BAIRRO/DISTRITO
ZONA RURALMUNICÍPIO
ITACOATIARAUF
AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO

elsan.21@hotmail.com

TELEFONE

(92) 9358-4102/ (92) 9142-9572

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
14/10/2011

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/10/2022 às 12:21:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Agricultura Familiar
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Extrato de DAP Pessoa Jurídica

Chave do extrato: 31967629

Emitido em: 05/10/2022 às 11:25:39

DAP: SDW1574586000012006221253 Versão DAP: 3.2 Emissão: 20/06/2022 Validade(*): 20/06/2024

Informações da Pessoa Jurídica

CNPJ: 15.745.860/0001-21

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE

Tipo Pessoa Jurídica: Associação da AF

Município/UF: Itacoatiara/AM

Representante Legal: LUIZ MATOS DE ABREU

Data Constituição: 14/10/2011

CPF: 585.262.182-04

Informações da DAP

Emissor: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO E FLORESTAL SUSTENTAVEL DO ESTADO DO AMAZONAS

CNPJ: 01.171.012/0001-41

Agente Emissor: JOSÉ MARIA FRADE JÚNIOR

CPF: 149.608.852-20

Local de Emissão: Itacoatiara/AM

Composição Societária

Categoria(s) de Agricultores Familiares	Quantidade	Participação Relativa %
Assentado/a pelo PNRA	2	4.26
Demais agricultores familiares	45	95.74

Quantidade de DAPs por Município/UF

Município/UF	Quantidade
Itacoatiara	39
Rio Preto da Eva	8

Resultado Composição Societária

Número de titulares com DAP Reconhecidos pelo MDA	47	100,00
Associados sem DAP	0	0,00
Total dos Associados	47	100%

(*) Esta data de validade da DAP está condicionada a manutenção do número e estrutura do corpo social.

A autenticidade e veracidade deste documento poderá ser comprovada por meio do endereço: <http://dap.mda.gov.br> (<http://dap.mda.gov.br/>)



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 15.745.860/0001-21

Razão Social: ASS DOS PROD RUR DA REG NORT ASPRONORTE

Endereço: ROD AM 010 KM 141 SN / ZONA RURAL / MANAUS / AM / 69100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/10/2022 a 04/11/2022

Certificação Número: 2022100601231858963390

Informação obtida em 24/10/2022 17:26:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'S' followed by a series of loops and a final vertical stroke.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE - ASPRONORTE
CNPJ: 15.745.860/0001-21

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:27:01 do dia 28/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/04/2023.

Código de controle da certidão: **C618.4A53.8DD0.2E22**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 51872386

Data: 05/10/2022

Hora: 10:32:57

Válida até: 04/11/2022

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

C.N.P.J: 15.745.860/0001-21 - ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE

Inscrição: 05.362.289-8 - **Situação:** Ativo

CNAE: 4724-5/00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: <http://www.sefaz.am.gov.br>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE - ASPRONORTE
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 15.745.860/0001-21

Certidão nº: 36789069/2022

Expedição: 28/10/2022, às 10:29:38

Validade: 26/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE - ASPRONORTE (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **15.745.860/0001-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

PREF. MUNIC. DE ITACOATIARA

RUA DR LUZARDO FERREIRA DE MELO, Nº 2225 - CENTRO

CNPJ: 04241980000175



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MERCANTIL

THIAGO VIANA, TRIBUTOS da prefeitura Municipal de ITACOATIARA, a requerimento da pessoa interessada ASSOC. DOS PROD. RURAIS DA R. NORTE, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 20/12/2022, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

De conformidade com código tributário do município de itacoatiara (Lei nº80, de 12 de dezembro de 2006).
Art. 175 - Ao contribuinte em débito para com a fazenda municipal fica vetado, em relação aos órgãos da Administração municipal, direta ou indireta:

I - Receber quantias ou créditos de qualquer natureza;

II - Participar de Licitações;

III - Usufruir de benefícios fiscais instituídos pela legislação tributária do município;

IV - Loca prédios municipais, inclusive para realização de eventos de diversão públicas.

Cadastro: 000014805 Inscrição Municipal: 5.4.1099.01
Contribuinte: ASSOC. DOS PROD. RURAIS DA R. NORTE CPF/CNPJ: 15745860000121
Nome Fantasia: ASPRONORTE
Endereço: RODOVIA AM 010, KM 19, 00141 Complemento: KM
Bairro: ZONA RURAL CEP:
Cidade: ITACOATIARA - AM
Inscrição Est.: Data de Abertura: 24/08/2012 Data de Encerramento: 0
Atividade: Comércio varejista de hortifrutigranjeiros, Cultivo de abacaxi

Atividade(s) CNAE

Comércio varejista de hortifrutigranjeiros
Cultivo de abacaxi

ATENÇÃO: Esta certidão é válida somente com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de pagamento.

Emissão: 21/09/2022 10:19:29 Validade: 20/12/2022 Usuário: THIAGO
Número/Controle da Certidão: 8FEE682676571D80

Responsável

Antonio Muniz de Almeida R. Teixeira
Secretário Municipal de Finanças
e Planejamento (SEM-FIP)
Decreto nº 001 de 04 de janeiro de 2021



ESTATUTO
SOCIAL DA
ASPRONORTE

**Associação dos Produtores
Rurais da Região Norte**



**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO
NORTE - ASPRONORTE**

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º. – A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE, também designada pela sigla- ASPRONORTE constituída em 04/10/2011, com sede e foro na RODOVIA AM 010, KM 141 - CEP 69.100-970, no- Município de ITACOATIARA- Estado do Amazonas é uma entidade civil, sócio agricultores, sem fins lucrativos, com número ilimitado de sócios, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, credo religioso ou político, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob forma alguma, com duração por tempo indeterminado e área de abrangência em todo o Estado do Amazonas e será regida pelo presente Estatuto.

Art. 2º. – A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE - ASPRONORTE terá por finalidade:

- a) Promover atividades de incentivo agrícola familiar sustentável, avicultura, piscicultura, aquicultura, artesanatos, ecoturismo, com programas de geração de emprego e renda social, cultural, desportivo, recreativo, educativo, obras sociais ou instituir programas sob sua responsabilidade, visando o bem estar dos associados e defender o patrimônio, a moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural;
- b) Promover e incentivar a Produção e Comercialização de Produtos Agrícolas, aves, animais, carvão vegetal, madeira beneficiada e bruta junto a terceiros;
- c) Promover atividades que vise o desenvolvimento sócio – econômico – cultural dos moradores residentes na RODOVIA AM 010.
- d) Firmar Convênios com Instituições Financeiras para Compra de Caminhão, automóveis, ônibus, tratores agrícolas, adubos, mudas e sementes, inseticidas, fungicidas e insumos.
- e) Receber, armazenar, beneficiar, comercializar e utilizar marca própria;
- f) Promover e incentivar a criação de viveiros de mudas diversas e sua comercialização;
- g) Firmar convênios de Prestação de Serviços a órgãos governamentais e não governamentais;
- h) Fazer empacotamento e embalagens de Produtos Diversos;

Parágrafo Único: A associação poderá filiar-se à outras Associações, Cooperativas ou empresas Agropecuárias ou vice versa, quando for de interesse do quadro social.

Art. 3º. Compete a Associação:

- a) Promover palestras, cursos, reuniões, conferências, seminários, simpósios, e atividades congêntas visando abordar temas de interesse dos sócios;
- b) Promover e estimular os desenvolvimentos sócios, econômicos, educacionais e culturais dos sócios e seus familiares;

Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373



- c) Estabelecer intercâmbio, firmar convênios, contratar serviços de profissionais;
- d) Promover, estimular e criar mecanismo para desenvolvimento e aperfeiçoamento de recursos;
- e) Desenvolver Programas de Geração de Emprego e Renda, através da qualificação e requalificação profissional de seus associados;
- f) Promover, atividades que visem o aumento da receita da entidade;
- g) Defender os interesses dos sócios, judicial ou extrajudicial e fora dele;
- h) Reivindicar junto as autoridades competentes melhorias para desenvolvimento social e cultural dos sócios e familiares;
- i) Firmar convênios com Instituições Financeiras: Banco da Amazônia S/A – BASA, Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Bradesco S/A;
- j) Firmar convênios com Instituições Governamentais e não Governamentais de cunho social e Filantrópico nacional e internacional e acordos ou projetos de ajuda financeira, conforme o caso para desenvolvimento e bem estar dos sócios;
- k) Representar seus associados em ações de interesse coletivo em juízo e fora dele podendo para tanto ingressar com ações ordinárias, de execução ou cautelares, bem como Mandados de Segurança Coletivo;
- l) Defender seus associados em questão que versem sobre direito do consumidor.

CAPITULO II

DOS SÓCIOS

Art. 4º. – São considerados sócios da Associação:

- a) Fundadores – aqueles que assinarem a ata de fundação da entidade.
- b) Contribuintes – todos aqueles que desenvolvem atividades na Associação após a fundação e que solicitarem a sua inscrição na Associação, através de requerimento, preenchendo a ficha de cadastro da entidade e contribuindo com a taxa mensal estipulada previamente pela Assembléia Geral;
- c) Beneméritos – aqueles que prestarem relevantes serviços á Associação, desde que aprovados em Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 5º. - São considerados em pleno gozo de seus direitos, os sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Art. 6º. – São direitos exclusivos dos sócios fundadores e contribuintes:

- a) Discutir, votar e ser votado;
- b) Ser indicado para representar a Associação;
- c) Requerer a convocação extraordinária da Assembléia Geral, nos termos do Art. 19 deste Estatuto;
- d) Zelar pelo desenvolvimento da **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE- ASRONORTE;**
- e) Recorrer a Assembléia Geral contra as penalidades que lhes forem impostas pela Diretoria;

Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373



- f) Participar de todas as promoções da entidade;
- g) Fiscalizar as atividades da Associação;

Art. 7º - São deveres dos sócios:

- a) Observar o presente estatuto e comparecer às reuniões da Assembléia;
- b) Aceitar incumbência que lhes forem outorgadas pela Diretoria ou Assembléias;
- c) Desempenhar com zelo os cargos ou atribuições para as quais tenha sido efeito ou nomeado;
- d) Efetuar os pagamentos a que estiver sujeito, no prazo devido;
- e) Zelar pelo patrimônio da entidade, respondendo pelos danos e extrativos que causar.

Art. 8º - Os sócios beneméritos, não estando sujeito ao pagamento da mensalidade, podem, no entanto participar das promoções da entidade, bem como das reuniões e Assembléias sem direito a voto.

Art. 9º - Poderá associar-se à ASPRONORTE, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade objeto da entidade, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da associação, podendo dispor livremente de si e de seus bens, sem prejudicar os interesses e objetivos da associação e concordem com as disposições deste Estatuto e desejam contribuir para a consecução dos objetivos da sociedade;

Parágrafo Único: – A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida ao Presidente da Associação, não podendo ser negada desde que preenchido os requisitos.

Art. 10º - Os sócios serão passíveis de penalidade na forma em que o regimento interno dispuser, quando da desobediência ao presente Estatuto ou próprio Regimento interno.

Parágrafo Único: – Os sócios serão passíveis de sanções disciplinares de acordo com as normas Estatutárias, que consistem em;

- a) Advertência;
 - . Verbal
 - . Escrita
- b) Suspensão
- c) Exclusão

Art. 11º - Sofrerão pena de 30 a 90 dias de suspensão de todos os direitos, os sócios que:

- a) Se servirem do nome da Associação para questões particulares de qualquer natureza;
- b) Insubordinar-se no recinto da Associação;

Marcos R. Viana Batista
Advogado
OAB / AM 9373



- c) Fomentarem discórdia e indisciplina no seio da Associação, bem como aliciarem elementos estranhos para desprestigiar os membros dos órgãos de administração da Associação.

Art. 12º - Serão expulsos do quadro associativo, os sócios que:

- a) Reincidente nas faltas estabelecidas no Art. 11 e suas alíneas;
- b) Deixar de pagar suas mensalidades por 12 meses ou conforme decisão de Assembléia Geral;
- c) Causar danos de qualquer espécie a Associação, aos dirigentes, recusando-se a indenizá-los;
- d) Fizer qualquer transação em nome da Associação sem a devida autorização;
- e) Por qualquer motivo lesar os interesses da Associação;
- f) No exercício do cargo de confiança desviarem receita, valores ou materiais e bens da Associação, ou abusarem de sua autoridade funcional em prejuízo do bom nome da mesma.

Parágrafo Único: – O Associado expulso, poderá recorrer á Assembléia Geral, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO MENSAL

Art. 13º - Os sócios fundadores e contribuintes estão sujeitos ao pagamento da mensalidade, fixada e reajustada a critério da Assembléia Geral.

Parágrafo Único: – O pagamento poderá ser efetuado mediante carnê diretamente na tesouraria da entidade de acordo com a resolução da Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA


Art. 14º - A Administração será exercida pelos seguintes Órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

SEÇÃO 1

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15º - A Assembléia Geral, órgão soberano da entidade, formado por todos os sócios, quites com suas obrigações sociais e financeiras.


Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373



Art. 16º - Compete a Assembléia Geral:

- a) Eleger e destituir membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- b) Apreciar e aprovar relatórios de prestação de contas, balanços, autorizarem: a celebração de convênios, financiamentos;
- c) Alienar vendas ou permutas de bens móveis e imóveis;
- d) Aprovar a alteração do Estatuto;

Parágrafo Único : - A Assembléia reunir-se á:

- I- Ordinariamente:
 - a) Uma vez por ano até o último dia útil do mês de abril, para apreciar o relatório da prestação de contas da entidade apresentadas pela Diretoria Executiva com o parecer do Conselho Fiscal;
 - b) De quatro em quatro anos para eleger a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal
- II- Extraordinariamente para deliberar sobre quaisquer assuntos para a qual tenha sido convocada.

Art. 17º - A Assembléia Geral reúne e deliberam a ordem do dia, com o quórum de 2/3 (dois terços) dos associados quites com suas obrigações sociais e financeiras, em primeira convocação ou em segunda convocação, uma hora depois, com 1/3 (um terço) dos associados presentes.

Art. 18º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência por meio de edital divulgado amplamente aos associados.

Parágrafo Único: - O edital deverá conter a pauta dos assuntos a serem tratados na Assembléia.

Art. 19º - A Assembléia Geral Extraordinária reuni-se- á qualquer tempo, mediante convocação do Presidente por iniciativa própria, pelo Conselho Fiscal, pela maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras junto á entidade.

Parágrafo Único: - Quando se tratar da destituição de qualquer membro da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da reforma estatutária, a Assembléia Geral Extraordinária reunirão e aprovarão em 1ª convocação com o quórum de 2/3 (dois terços) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras e em 2ª convocação 01 (uma) hora depois, para o mesmo dia e local com o quórum de 1/3 (um terço) dos sócios quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Art. 20º - A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, em seu impedimento, assumirá um membro da Diretoria indicado pelo mesmo.

Art. 21º - As resoluções das Assembléias serão tomadas pela maioria dos presentes, mediante votação aberta.

Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373

Art. 22º - A proposta da extinção da Associação só será aprovada mediante votação favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios.

Art. 23º - Das ocorrências das Assembléias Gerais lavrar-se-ão Atas que deverão ser assinadas pelo presidente e o secretário da Associação.

SEÇÃO 2

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 24º - A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE - ASPRONORTE será administrada por uma Diretoria Executiva e fiscalizada pelo Conselho Fiscal.

Art. 25º - A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes membros:

- a) Presidente
- b) Vice- Presidente;
- c) 1º Secretário
- d) 2º Secretário;
- e) 1º Tesoureiro;
- f) 2º Tesoureiro.

Parágrafo 1º - A ASPRONORTE, a fim de cumprir com as finalidades, poderá criar Departamentos e Comissões, tantos quantos forem necessários para um bom desempenho da Associação e serão determinados neste Estatuto.

Parágrafo 2º - Os Departamentos conforme a natureza de suas atribuições poderá compor comissões cujos trabalhos serão administrados pelo coordenador dos Departamentos.


Parágrafo 3º - As comissões funcionarão em caráter temporário extinguindo-se automaticamente com a conclusão dos trabalhos que originaram suas instituições.

Parágrafo 4º - A ASPRONORTE, constituirá os seguintes Departamentos de acordo com a necessidade;

- a) De Imprensa e Divulgação;
- b) De Esporte e Lazer;
- c) De Patrimônio;
- d) De Promoções e Eventos;
- e) De Meio Ambiente;
- f) De Comunicação Social;
- g) Para Assuntos da Melhor Idade;
- h) Para Assuntos da Criança e do Adolescente;
- i) Para Assuntos da Mulher;

Art. 26º - À Diretoria Executiva compete:

- a) Elaborar o Plano Anual de trabalho;
- b) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;


Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373

- c) Decidir sobre admissão, licenciamento, ou exclusão de qualquer sócio contribuinte, fundador ou voluntário;
- d) Gerir valores e patrimônio da Associação;
- e) Admitir e dispensar prestadores de serviços;
- f) Apresentar relatório e prestação de contas à Assembléia Geral anualmente;
- g) Reunir mensalmente para prestação de contas com os setores;
- h) Escolher membros da associação Para dirigir setores;
- i) Criar departamentos auxiliares da Associação, visando melhor operacionalização da entidade, cada departamento será dirigido por um Diretor com auxílio da Diretoria Executiva;
- j) Abrir e manter contas nas instituições bancárias para melhor operacionalização do movimento geral da Associação;
- k) Elaborar o projeto de Reforma do Estatuto para aprovação em Assembléia Geral;

Art. 27º - Perderá o mandato, os Diretores que deixarem de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas sem qualquer justificativa até a decisão da Assembléia Geral.

Art. 28º - Compete ao presidente:

- a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, dos Departamentos e das Assembléias Gerais;
- b) Representar a Associação em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes;
- c) Assinar os expedientes, organizar e distribuir os trabalhos;
- d) Assinar juntamente com o Tesouro, os Convênios, Contratos, Participar de Licitações em geral pela entidade;
- e) Executar e fazer executar as deliberações da Diretoria e das Assembléias;
- f) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Entidade.

Art. 29º - Compete ao Vice- Presidente:


- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos e faltas;
- b) Auxiliar o Presidente na Coordenação dos departamentos da Associação;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 30º - Compete ao 1º Secretário:

- a) Preparar o expediente e as correspondências da entidade;
- b) Ter sob sua guarda os livros e arquivos;
- c) Manter em dia a documentação da secretária;
- d) Secretariar, redigir e assinar Atas, procedendo a sua leitura para aprovação.

Art. 31º - Compete ao 2º Secretário:

- a) Substituir o 1º Secretário nos impedimentos deste;
- b) Auxiliar o 1º Secretário em suas funções.


 Marcos R. Faria Batista
 Advogado
 OAB / AM 9373



Art. 32º - Compete ao 1º Tesoureiro

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores da Associação;
- b) Efetuar todos os recebimentos e pagamentos registrando- os em livros próprios;
- c) Assinar, juntamente com o presidente todas as contas e pagamentos da entidade;
- d) Apresentar a diretoria balancete bimestral e prestação de contas anual;
- e) assinar cheques, recibos e ordem de pagamento juntamente com o presidente;
- f) Manter em dia a contabilidade da Associação.

Art. 33º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) Substituir e Auxiliar o 1º Tesoureiro nas funções, faltas e impedimentos.

Art. 34º - Compete ao Diretor de Imprensa e Divulgação:

- a) Promover a divulgação sistemática e ampla das atividades desenvolvidas pela Associação;
- b) Assessorar o Presidente quanto a sua pasta;
- c) Manter um arquivo de todos os registros de publicação, livros, panfletos, trabalhos literários, técnico e científicos que julgar importante para Associação;
- d) Informar a comunidade através de jornal ou boletim informativo da Associação.
- e) Organizar arquivos de todas as emissoras de rádio AM e FM bem como de televisão e jornais do Estado;
- f) Exercer outras funções delegadas.

Art. 35º - Compete ao Diretor de Esporte e Lazer;

- a) Coordenar todas as atividades relacionadas a esporte e eventos dentro da Associação;
- b) Incentivar a prática de esportes da comunidade;
- c) Manter organizados grupos nas diversas modalidades esportivas, além de promover atividades recreativas e de lazer e de promoção de eventos sociais e outros;
- d) Elaborar e executar, com auxilio da Diretoria programas esportivos e sociais para a comunidade;
- e) Exercer outras funções delegadas

Art. 36º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob sua guarda e controle tudo o que representar patrimônio da Associação;
- b) Relacionar todos os bens da Associação;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 37º - Compete ao Diretor de Promoções e Eventos:

- a) Planejar, organizar e executar os eventos da Associação, com auxilio da Diretoria Executiva;
- b) Assessorar o Presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- c) Informar e Manter um calendário de todos os eventos da Associação;
- d) Exercer outras funções delegadas.

Art. 38º - Compete ao Diretor de Meio Ambiente:



- a) Incentivar a participação da comunidade na discussão relativa á sua pasta, através de debates;
- b) Planejar e executar projetos, promover encontros, relacionados, e realizar seminários e palestras sobre as Leis que regem ao Meio Ambiente;
- c) Dar assistência e solucionar problemas dos associados relativos ao Meio Ambiente;
- d) Exercer outras funções delegadas.

Art. 39º - Compete ao Diretor de Comunicação Social:

- a) Assessorar quanto aos assuntos de sua pasta;
- b) Cuidar da recepção dos visitantes;
- c) Organizar as solenidades comemorativas da Associação;
- d) Manter um arquivo de todos os componentes dos poderes públicos;
- e) Ter sob seu controle pertinente a assistência social;
- f) Exercer outras funções delegadas.

Art. 40º - Compete ao Diretor para Assuntos da Melhor Idade:

- a) Assessorar o Presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- b) Elaborar, executar programas e projetos, cursos e outros relacionados á melhor idade;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 41º - Compete ao Diretor para Assuntos da Criança e do Adolescente:

- a) Assessorar o presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- b) Elaborar, executar programas, projetos e cursos relacionados á Criança e ao Adolescente;
- c) Exercer outras funções delegadas.

Art. 42º - Compete ao Diretor para Assuntos da Mulher:

- a) Assessorar o Presidente quanto aos assuntos de sua pasta;
- b) Elaborar, executar programas e projetos, cursos, encontros e seminários relacionados á mulher;
- c) Exercer outras funções delegadas.


Art. 44º - Vagando a Presidência da Diretoria Executiva, está ocupada pelo Vice- Presidente, continuando a vacância, será seguida a ordem hierárquica dos cargos.

Parágrafo único – Caso ocorra 50% (cinquenta) por cento da vacância dos cargos da Diretoria Executiva, realizar- se- ão eleições para escolha dos cargos através do voto aberto em Assembléia Geral Extraordinária convocada para esse fim.

SEÇÃO 3

DO CONSELHO FISCAL

Art. 45º - O Conselho Fiscal, será composto de 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, é o órgão fiscalizador da Associação, eleitos em Assembléia Geral Ordinária conjuntamente com a eleição da Diretoria Executiva.


Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373



Art. 46º - As vacâncias que ocorrem no Conselho Fiscal serão preenchidas pelos suplentes de acordo a ordem de eleição.

Parágrafo Único – Persistindo a vacância de 50% (cinquenta) por cento dos membros do Conselho Fiscal, far-se-á eleição em Assembléias Gerais Extraordinárias, convocadas especificamente para esse fim.


Art. 47º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Emitir pareceres sobre balancetes e balanços apresentados pela Diretoria;
- b) Fiscalizar e acompanhar a gestão financeira da Associação, examinando os livros, documentos.
- c) Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais relacionadas, emitindo pareceres para Diretoria Executiva;
- d) Fiscalizar a gestão do Presidente e do tesoureiro no ordenamento das despesas;
- e) Examinar e requisitar, a qualquer tempo, os registros, títulos e documentos da **ASPRONORTE**.
- f) Examinar o balanço, as contas e os competentes pareceres com base na manifestação da auditoria externa;
- g) Observar estritamente, normas de prestação de contas, que determinarão;
 - . A obediência aos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade;
 - . A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto a SRF, PGN, ao INSS e FGTS, colocando-as à disposição para exame de qualquer cidadão;
 - . A realização de auditoria , inclusive por auditores externos independentes , se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objetos de convênios. Termos de parcerias, programas, etc , conforme previsto no Regulamento interno;
 - . A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela entidade será feita conforme o disposto na Constituição Federal;
- h) Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa;
- i) Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- j) Denunciar á Assembléia Geral qualquer fraude, vício ou erro administrativo, sugerindo medidas a tomar;
- k) Convocar a Assembléia Geral Extraordinária, conforme art. 19 do Estatuto da Entidade;

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á semestralmente de modo a acontecer em 15 (quinze) dias a Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo 2º - Cabe responsabilidade Cível criminal aos Conselhos Fiscais, na ação de Prevaricação de atos ilícitos e fraudulentos.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO


Marcos R. Garcia Batista
Advogado
OAB/AM 9373

Art. 48º - O processo eleitoral será dirigido pela União Municipal a qual a Associação for filiada

Art. 49º - A eleição será convocada pelo Presidente da Comissão Eleitoral através de edital amplamente divulgado entre os sócios, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 50º - Os associados que quiserem concorrer a cargos eletivos, deverão inscrever chapas preenchendo todos os cargos, inclusive para suplência mediante solicitação por escrito ao Presidente da Comissão Eleitoral de acordo com a Publicação do edital amplamente divulgado.

Art. 51º - É necessário que o candidato a qualquer cargo, esteja obrigatoriamente, sob pena de impugnação:

- a) Quites com suas obrigações sociais financeiras e de acordo com o art. 63 deste estatuto;
- b) Associado há pelo menos 01 (um) ano na entidade;
- c) Sem restrições nos órgãos de proteção ao crédito, SPC, SERASA E SRF e outros.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO E CAPITAL SOCIAL

Art. 52º - Constituem o patrimônio e Capital da Associação:

- a) Bens móveis e imóveis e semoventes adquiridos;
- b) Subvenção, doação, dotações e legados;
- c) Capital social será formado pelas taxas de mensalidades recebidas dos associados e/ou reforçadas em forma de doação por outras instituições e por todos os eventuais serviços realizados pela Associação.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO

Art. 53º - A Associação poderá ser dissolvida:

- a) Se deixar de desempenhar efetivamente as atividades assistenciais a que se destina;
- b) Se aplicar as importâncias representadas pelos auxílios, contribuições, convênios, doações, subvenções ou outras rendas, em fins diversos dos previstos nesse Estatuto;
- c) Automaticamente, se for deliberada pôr 2/3 (dois terços) de seus sócios quites, em Assembléia Geral Extraordinária especificamente convocada para esse fim;
- d) Por sentença judicial transitada em julgado.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Marcos R. Faria Batista
Advogado
OAB / AM 9373

Art. 54º - Compete a Associação, pleitear a aquisição de recursos, para construção da sede própria da entidade.

Art. 55º - O valor das mensalidades foi determinado em Assembléia Geral no montante equivalente a **1% (um por cento) do salário mínimo** vigente no país.

Art. 56º - Não terá direito á devolução do valor da mensalidade da Associação, os sócios que por ventura forem excluídos do quadro societário, e os que deixarem por vontade própria.

Art. 57º - Os mandatos eletivos terão duração de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição por mais um período no mesmo cargo.

Art. 58º - Em caso de dissolução ou extinção da Associação, destina o eventual patrimônio remanescente a uma entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a outra entidade pública a critério da Assembléia Geral.

Art. 59º - A entidade não remunera, nem concede vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título, a seus Diretores, Conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, sendo aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no Território Nacional.

Art. 60º - Qualquer Diretor da Associação será recompensado apenas quando as despesas realizadas no exercício da representação e de acordo com os dias passados fora do local de trabalho, por valores que serão acordados com o Conselho Fiscal e Assembléia Geral.

Art. 61º - Serão tombadas e lavrados em Atas, todos os bens adquiridos em nome da Associação.

Art. 62º - Todos os bens móveis e imóveis da Associação, não poderão ser vendidos, alugados, emprestados ou outros sem a autorização da Assembléia Geral.


Parágrafo Único - O Diretor que não obedecer ao art. 62 do Estatuto se responsabilizará pela indenização estipulada pela Assembleia Geral.

Art. 63º - São inelegíveis para o desempenho de cargos e funções eletivas ou livres nomeação desta Entidade:

- a) Condenados por crime doloso em sentença definitiva;
- b) Inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definida;
- c) Inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;
- d) Afastados de cargos coletivos ou de confiança na Entidade ou de cargos em virtudes de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da referida Entidade;
- e) Inadimplentes das contribuições, sociais, providenciárias, trabalhistas, Impostos de Renda de pessoas físicas e jurídicas ;
- f) Falidos.

Art. 64º - A Associação e obrigada a construir:

- a) Fundo de reserva destinada a repassar perdas retiradas de serviços prestados pelas máquinas e equipamentos locados da ASSOCIAÇÃO no valor de 2% (dois por cento);


MARCOS R. FARIA BATISTA
Advogado
OAB / AM 9373

Art. 65º - O presente Estatuto poderá ser reformado em parte ou no todo, de acordo com as necessidades vigentes em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para esse fim, de acordo com o parágrafo Único do **art. 19** deste Estatuto.

Art. 66º - Este Estatuto teve sua aprovação na Assembléia Geral Extraordinária do dia 16/10/2016, e entrará em vigor após o seu Registro no Cartório de Título e Documentos.

Art. 67º - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, até decisão da Assembléia Geral.

Itacoatiara - Am, 16 de Outubro de 2016

Fernanda Rodrigues Nogueira
FERNANDA RODRIGUES NOGUEIRA

Presidente

CPF Nº 021.926.662-09

RG Nº 2756114-3

Marcos R. Faria Batista

Marcos R. Faria Batista

Advogado

OAB / AM 9373

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Cartório do 2º Ofício
COMARCA DE ITACOATIARA

Apresentado para registro nesta data

Registro no Livro nº A-1 Fls. 687

sob o nº de ordem 687

Em: 25/10/2016

João B. Aristóteles
OFICIAL



2º OFÍCIO DO SEGUNDO OFÍCIO DE ITACOATIARA
SELLO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ-AM

REGISTRO : 687

VERBAÇÃO : A

BF970955-81

DPJ

Data: 25/10/2016 10:15:15

19C4-2F83-09B9-0ABD





ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE

ASPRONORTE

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21

ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM

Itacoatiara/AM, CEP 69.100-000. Sem nada mais a declarar dou por encerrada a presente ATA que foi lavrada e lida por mim Francisco das Chagas de Souza Nogueira e assinada por todos os presentes.

Mateus Matos de Abreu

Mateus Matos de Abreu

Presidente da Comissão Eleitoral

755.434.192-87

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Cartório do 2º Ofício

COMARCA DE ITACOATIARA

Apresentado para registro nesta data

Registro no Livro nº A-4 Fls. 088

sob o nº de ordem 1.488

Em: 27/04/2022

Jhoselito B. Arantes
Jhoselito B. Arantes
OFICIAL

Francisco das Chagas de Souza Nogueira

Francisco das Chagas de Souza Nogueira

Secretário da Comissão Eleitoral

CPF Nº 343.008.212-91

SELO ELETRÔNICO
REGISTRO 228VRTW6QW4K5QJ3 - VÁLID. 00
R\$ 137,51. Para: ASSOCIAÇÃO DOS
PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE -
ASPRONORTE. Data: 27/04/2022. Consultar o Selo
em: <https://portal.mtbrasil.gov.br/portal/qr>
do QR Code



ROSA MARA RODRIGUES DE SOUZA

Rosa Mara Rodrigues de Souza

Fiscal da Comissão Eleitoral

CPF Nº 628.399.502-00

[Signature]



ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE
ASPRONORTE

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21
ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM

MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Luiz Matos de Abreu

Vice Presidente: José Zacarias Reis Gloria

1º Secretário: Nelson Ned Haiden da Cruz

2ª Secretária: Fernanda Rodrigues Nogueira

1ª Tesoureira: Eusilene Gomes de Abreu

2ª Tesoureira: Paula Jovanna Souza Maia

RECEBIMOS EM 27/04/2021
DE 137,61 (Cem e sete reais e sessenta e um centavos)
DO BANCAL DO NORTE - ASPRONORTE - para depósito em nome de Luiz Matos de Abreu
em favor de Luiz Matos de Abreu com CNPJ 15.745.860/0001-21





ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE
ASPRONORTE

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21
ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Valter Endringer Freitas

1º Conselheiro: Valter Endringer de Freitas

Paulo Roberto Souza Freitas

2º Conselheiro: Paulo Roberto Souza Freitas

Francisco C. S. Costa

3º Conselheiro: Francisco das Chagas de Souza Costa

Raquel Seixas v. Rodrigues

1º Suplente: Raquel Seixas Vital Rodrigues

Antonio Carlos Rodrigues de Souza

2º Suplente: Antonio Carlos Rodrigues de Souza

Valdenor Moreira da Silva

3º Suplente: Valdenor Moreira da Silva



SEL: ELETRONICO T:AMCLO
REGIT004226V7W82U404KGGJ63. Valor do
Imp. R\$ 137,61 Parte(s) ASSOCIACAO DOS
PRODUTORES RURAIS DA REGIAO NORTE -
ASPRONORTE, data 27/04/2022. Consulte o selo
em https://rodadas.portalsistem.com.br/eletrons
e QR Code



**ASPRONORTE**

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21
ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM


Lista de Presença Assembleia Geral Ordinária em 17 de abril de 2022

1	Antonio Carlos Rodrigues de Souza	Antonio Carlos Rodrigues de Souza
2	Antonio Edison Rodrigues de Souza	Antonio Edison R. Souza
3	Elias de Souza Andrade Junior	Elias de Souza Andrade Jr.
4	Elisvaldo Arruda Rodrigues	Elisvaldo Arruda Rodrigues
5	Eusilene Gomes de Abreu	Eusilene Gomes de Abreu
6	Fernanda Rodrigues Nogueira	Fernanda Rodrigues Nogueira
7	Francisco das Chagas de Souza Costa	Francisco S. Costa
8	Francisco das Chagas de Souza Nogueira	Francisco das Chagas de Souza Nogueira
9	Francisco Machado de Lima Neto	Francisco Machado de Lima Neto
10	João Batista Rodrigues de Souza	João Batista Rodrigues de Souza
11	José Rodrigues de Souza Filho	JOSÉ R. de SOUZA FILHO
12	José Zacarias Reis Glória	José Zacarias Reis Glória
13	Josielly Gomes de Abreu	Josielly Gomes de Abreu
14	Luiz Matos de Abreu	Luiz Matos de Abreu
15	Marcos Antonio Matos de Abreu	Marcos Antonio Matos de Abreu
16	Maria Celeste Matos de Abreu	Maria Celeste Matos de Abreu
17	Maria da Conceição Rodrigues de Souza	Maria Conceição Souza Rodrigues
18	Maria Lucia Oliveira da Silva	Maria Lucia Oliveira da Silva
19	Miguel Rodrigues de Souza	Miguel Rodrigues de Souza
20	Nelson Ned Haiden da Cruz	NELSON NED HAIDEN DA CRUZ
21	Paula Jovanna Souza Maia	Paula Jovanna Souza Maia
22	Paulo Roberto Souza Freitas	Paulo Roberto Souza Freitas
23	Raquel Seixas Vital Rodrigues	Raquel Seixas V. Rodrigues
24	Rosa Mara Rodrigues de Souza	ROSA MARA RODRIGUES DE SOUZA
25	Valdenor Moreira da Silva	Valdenor Moreira da Silva
26	Valter Endringer de Freitas	Valter Endringer de Freitas
27	Raimunda Nonata Sampaio Farias	Raimunda Nonata Sampaio Farias

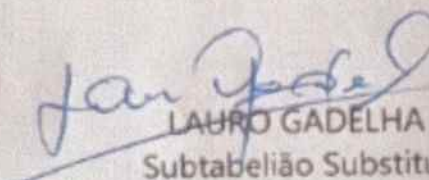


CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal da pessoa interessada, em virtude das atribuições que por Lei me são conferidas que, revendo em meu Cartório o Livro de Registros de **TÍTULOS E DOCUMENTOS** a meu cargo, deles verifiquei constar registrado sob nº **1.488**, folhas **088**, livro **A-4**, de Títulos e Documentos de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o registro do teor seguinte: **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO Nº 001/2022 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE - ASPRONORTE**. Diretoria Executiva - Presidente: LUIZ MATOS DE ABREU; Vice-Presidente: JOSE ZACARIAS REIS GLORIA; 1º Secretário: NELSON NED HAIDEN DA CRUZ; 2º Secretário: FERNANDA RODRIGUES NOGUEIRA; 1º Tesoureiro: EUSILENE GOMES DE ABREU; 2º Tesoureiro: PAULA JOVANNA SOUZA MAIA.

O referido é verdade e dou fé. Eu, 
Oficial, que a fiz digitar, subscrevo e assino.








Itacoatiara/AM, 27 de abril de 2022./


LAURO GADELHA
Subtabelião Substituto



SELO ELETRÔNICO TJAMSELO
CERTPJ0042262JXNQ83DSZVA9X15, Valor do ato: R\$
99,15, Parte(s): ASSOCIACAO DOS PRODUTORES
RURAIS DA REGIAO NORTE - ASPRONORTE, data
27/04/2022. Consulte o selo em
<https://cidadao.portalseloam.com.br/> ou através do QR
Code:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO CARTERA NACIONAL DE HABITAÇÃO							
	NOME LUIZ MATOS DE ABREU						
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 10525955 SESEG AM						
	CPF 585.262.182-04						
	DATA NASCIMENTO 17/08/1976						
	FILIAÇÃO LEVI SERAFIM DE ABREU MARIA CELESTE MATOS DE ABREU						
<table border="1"> <tr> <td>PERMISSÃO</td> <td>ACC</td> <td>CAT. HAB.</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>AD</td> </tr> </table>		PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB.			AD
PERMISSÃO	ACC	CAT. HAB.					
		AD					
<table border="1"> <tr> <td>Nº REGISTRO 00148136082</td> <td>VALIDADE 57/09/2025</td> <td>1ª HABITAÇÃO 13/01/1997</td> </tr> </table>		Nº REGISTRO 00148136082	VALIDADE 57/09/2025	1ª HABITAÇÃO 13/01/1997			
Nº REGISTRO 00148136082	VALIDADE 57/09/2025	1ª HABITAÇÃO 13/01/1997					
OBSERVAÇÕES							
<table border="1"> <tr> <td>LOCAL RIO PRETO DA EVA, AM</td> <td>DATA EMISSÃO 30/09/2020</td> </tr> </table>		LOCAL RIO PRETO DA EVA, AM	DATA EMISSÃO 30/09/2020				
LOCAL RIO PRETO DA EVA, AM	DATA EMISSÃO 30/09/2020						
<table border="1"> <tr> <td>ASSINATURA DO PORTADOR</td> <td>ASSINATURA DO EMISSOR</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> </tr> </table>		ASSINATURA DO PORTADOR	ASSINATURA DO EMISSOR				
ASSINATURA DO PORTADOR	ASSINATURA DO EMISSOR						
							
AMAZONAS							

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1934646533

PROIBIDO PLASTIFICAR
1934646533





AMAZONAS ENERGIA S.A.

AV DJALMA BATISTA, 4.400 - UNIDADE 2 - FLORES - MANAUS

CNPJ: 02.341.467/0001-20 IE: 42156092

Atendimento: 0800 701 3001 www.amazonasenergia.com

Ouvidoria: 0800 095 1247 (08 às 18h/Dias úteis)

Visualizado em: 24/10/2022 às 11:37:54

VIA PARA PAGAMENTO

LUIZ MATOS DE ABREU RM DO BANCO, 10300 , CM. DO BANCO 69.117-000 - RIO PRETO DA EVA - AM	Código Único 2035676-5	Mês Faturado 09/2022	Nota Fiscal 63094424	Data Emissão 13/09/2022
---	----------------------------------	--------------------------------	--------------------------------	-----------------------------------

	Medidor	Leit. Atual	Leit. Anterior	Constante Fatur.	NPL	Cons. Medido	Cons. Faturado
Consumo	8000349	25562	25387	1,00000	5	175	175

Período de Consumo: 16/08/2022 a 15/09/2022

Itens Faturados	Tar. sem impostos	Valor
Consumo 175 kWh a 0,707280	0,707280	123,77
Multa Por Atraso 09/2022-00 (**)		2,47
Juros De Mora De Importe/Servico 09/2022-00 (**)		0,49

(**) Via para pagamento com Juros/Multas/Correções emitida em: 24/10/2022

Descrição da Grandeza	Leit. Atual	Leit. Anterior	Constante	Registrado
En Ativa Pta	0,00	0,00	0,00000	0

Base de Cálculo

Aliquota

Valor do ICMS

Vencimento

Valor a Pagar

(*)

(*)

(*)

12/10/2022

R\$ 126,73

(*) ICMS, quando aplicável foi recolhido por ST - Substituição Tributária. Decreto Nº. 40.628/2019. Valor do ICMS ST R\$ 0,00

recorte aqui



AMAZONAS ENERGIA S.A.

AV DJALMA BATISTA, 4.400 - UNIDADE 2 - FLORES - MANAUS

CNPJ: 02.341.467/0001-20 IE: 42156092

Atendimento: 0800 701 3001 www.amazonasenergia.com

Ouvidoria: 0800 095 1247 (08 às 18h/Dias úteis)

Visualizado em: 24/10/2022 às 11:37:54

UC

Mês Faturado

No. FD

TC

Vencimento

Valor a Pagar

2035676-5

09/2022

0

5

12/10/2022

R\$ 126,73

83640000001 1 26730047000 7 00000002035 4 67650922005 6





ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE
ASPRONORTE

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21
ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM
CEP: 69.100-000 CONTATOS: (92) 99270-5564 (92) 99426-7804

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA

GRUPO FORMAL

REF: Chamada Pública nº 01/2022

A Associação dos Produtores Rurais da Região Norte – ASPRONORTE, com sede na Rodovia AM 010 km 141, inscrita no CNPJ sob o nº 15.745.860/0001-21, e DAP jurídica nº SDW1574586000012006221253 Declara, sob as penas da lei, que os gêneros alimentícios a serem entregues nesta chamada pública são oriundos de produção própria dos associados relacionados no projeto de venda.

Itacoatiara, 03 de Novembro de 2022



Luiz Matos de Abreu

Presidente

RG 1052595-5





ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE
ASPRONORTE

FUNDADA: EM 04 DE OUTUBRO DE 2011 CNPJ: 15.745.860/0001-21
ENDEREÇO: RODOVIA AM 010 KM 141, ZONA RURAL DE ITACOATIARA/AM
CEP: 69.100-000 CONTATOS: (92) 99270-5564 (92) 99426-7804

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE LIMITE POR DAP/ANO.

REF: Chamada Pública nº 01/2022

A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE – ASPRONORTE, inscrita no CNPJ nº 15.745.860/0001-21, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) Luiz Matos de Abreu, portador do CPF/MF nº 585.262.182-04, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que atenderá ao limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) por DAP/ano, referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, conforme a Resolução/CD/FNDE nº 06, de 08 de maio de 2020, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demais documentos normativos, no que couber.

Itacoatiara/AM, 03 de Novembro de 2022


Luiz Matos de Abreu
Presidente
RG 1052595-5



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATO QUE, ENTRE SI FAZEM
A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES
RURAIS DA REGIÃO NORTE EA
EMPRESA MANAÓS IND.E COM. DE
POLPAS LTDA, DA SEGUINTE
FORMA:**

CONTRATANTE: MANAÓS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 15.129.498\0001-64, com sede na Rua: Monte Orebe, S/N, Loteamento: Nova Canaã, lote 35 e 36, quadra 02, CEP: 69.117-970 - município Rio Preto da Eva\AM, neste ato representada pelo sócio senhor, **RENATO DO NASCIMENTO FREITAS** RG nº9671137SSP\AM e CPF nº.335.652.952-87

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIÃO NORTE com sede na Rodovia AM 010 KM 150 município Itacoatiara-AM CEP:691009-70 , AM, inscrita no CNPJ sob o nº 015.745.860/0001-21 neste ato representado pelo seu *Presidente s* senhor: **FERNANDA RODRIGUES NOGUEIRA** RG nº 2756114-3 e CPF nº 021.926.662.-09

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e comum acordo, firmar o presente contrato de Beneficiamento de frutas, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula 1ª - DO OBJETO DO CONTRATO

É objeto do presente contrato de Beneficiamento de frutas "in natura" de açaí, abacaxi, goiaba, acerola e cupuaçu, para a produção de polpa de frutas oriunda da produção da cooperativa/associação conforme a demandada da safra de frutas mês, que será realizado na empresa contratante.

Cláusula 2ª - DO PRAZO

O prazo de validade do presente CONTRATO será de **02 (dois) ano**, iniciando em **18/01/2021**, podendo ser prorrogado a cada ano, desde que não ultrapasse o período de 02 (dois) ano a contar da data da assinatura, mediante acordo prévio entre as partes, retratado através de Termo Aditivo.



Cláusula 3ª - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Compete a **CONTRATANTE**:

- 3.1.1 Acompanhar e supervisionar a execução do objeto deste instrumento, bem como questionar eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco dos mesmos;
- 3.1.2 Efetuar os pagamentos nas datas e condições acordadas;
- 3.1.3 Definir as diretrizes básicas relativas à atuação da **CONTRATADA**, prestando toda a orientação e informação necessária para o melhor desempenho do objeto deste CONTRATO.
- 3.1.4 Apresentar à **CONTRATADA** todos os documentos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente contrato.

3.2 Compete a **CONTRATADA**:

- 3.2.1 Executar o objeto do presente CONTRATO, nas condições pactuadas entre as partes;
- 3.2.2 Enviar a matéria prima, por meio de transporte, para que seja beneficiada e embalada pela **CONTRATANTE**, sempre que solicitada
- 3.2.3 Guardar sigilo absoluto de todas as informações e dados repassados e/ou fornecidos pela **CONTRATANTE**, no âmbito da execução do objeto deste CONTRATO;
- 3.2.4 Zelar pela fidedignidade e integralidade dos serviços prestados, respeitando a filosofia e conceituação do cooperativismo, zelando também pelo nome e pela imagem da **CONTRATANTE**;
- 3.2.5 Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta do **CONTRATANTE**, sem expressa autorização;
- 3.2.6 Prestar toda e qualquer informação solicitada pelos representantes da **CONTRATANTE**, para verificação das cláusulas estipuladas neste CONTRATO;

Cláusula 4ª - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 4.1 Pela prestação do serviço objeto do presente Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a quantia a ser estipulada entre partes conforme a sazonalidade (safra) dos produtos.
- 4.2 Caso não seja cumprida a entrega das frutas estabelecida, o **CONTRATANTE** se reserva o direito de efetuar o pagamento proporcional a quantidade de frutas entregue a contratada.

Cláusula 5ª - DAS RESPONSABILIDADES

- 5.1 A **Cooperativa\ Associação**, não poderá subcontratar, transferir ou ceder as obrigações assumidas neste contrato a terceiros, sem autorização expressa da **Contratante**.



2

- 5.2 A **Cooperativa\Associação** desde já assume a responsabilidade total e exclusiva por todas as obrigações fiscais, tributárias que lhe são pertinentes, decorrentes da prestação dos serviços ora pactuado, bem como a responsabilidade civil pelos atos praticados pelos seus cooperados, suportando o ônus decorrente de quaisquer danos causados por estes a bens e pessoas, resguardando-se do direito de regresso contra aquele que der causa, responsabilizando-se também por qualquer indenização cabível, seja a título administrativo ou judicial, em decorrência do descumprimento de normas técnicas e disposições regulamentares, inerente aos serviços prestados.
- 5.3 Os cooperados da **Cooperativa\Associação**, não terão qualquer vínculo empregatício com a **Contratante**, sendo de exclusiva e direta responsabilidade daquela o gerenciamento de seu quadro social.

Cláusula 6ª - DA EXCLUSIVIDADE

A **Cooperativa\Associação** declara desde já, responsabilizando-se pela sua veracidade, que o **Contratante** e o único é exclusivo cliente.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO

- 7.1 Se qualquer das partes contratantes falhar no cumprimento de suas obrigações, constantes deste **CONTRATO**, a parte inocente terá o direito de rescindir de pleno direito o presente **CONTRATO**, independentemente de interpelação judicial;
- 7.2 A **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, por questões administrativas/financeiras, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, poderá rescindir o presente **CONTRATO**, desde que efetue todos os pagamentos ao **CONTRATADO**, pelos serviços executados até aquela data.
- 7.3 O presente contrato é celebrado sob a condição expressa de irrevogabilidade, irretratabilidade e vincula herdeiros e sucessores. Para tal as partes renunciam expressamente à faculdade de arrependimento prevista no art. 420 do Código Civil.

Cláusula 8ª - DAS ALTERAÇÕES

Este **CONTRATO** poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, com as devidas justificativas e de acordo com os casos nele previstos, e ainda com a concordância expressa das partes.

Cláusula 9ª - DA INSUBORDINAÇÃO

O presente contrato não implica subordinação, pessoalidade e habitualidade, não havendo qualquer vínculo empregatício entre as partes.



Cláusula 10ª – DA MULTA

O descumprimento total ou parcial, por ambas as partes, das obrigações estipuladas neste instrumento, ensejará a cobrança de multa na proporção de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Cláusula 11ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Casos omissos e modificações serão resolvidos entre as partes através de Termos Aditivos, que farão parte integrante deste **CONTRATO**;
- 11.2 Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade das partes, na forma do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 12ª – Fechamento

12.1 Fica eleito o Foro do município da sede da empresa, ou seja, o município do Rio Preto da Eva/AM, que será o competente para dirimir dúvidas decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.2 E, por estarem justos e acordados, os contratantes assinam o presente Instrumento em **02 (duas) vias de igual teor e forma**, juntamente com as testemunhas abaixo.

Manaus - AM, 04 de Janeiro de 2021.



4

CONTRATANTE:

RENATO DO NASCIMENTO FREITAS

CONTRATADO:

FERNANDA RODRIGUES NOGUEIRA

TESTEMUNHAS:

1ª

Nome Legível:

CPF nº 585.262.182-04

2ª

Nome Legível:

CPF nº

SELO ELETRÔNICO TJAM - SELO
REC FIR004590BKJWJIK6WV8NKK23. Valor do ato:
R\$ 5,87, Parte(s): FERNANDA RODRIGUES
NOGUEIRA, Tipo: RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR AUTENTICIDADE, data 29/09/2021. Consulte o
selo em <https://cidadao.portalseoam.com.br/> ou
através do QR Code:



Paulo Henrique F. de Almeida
TABELÃO DE NOTAS

Port. N°200/2020 CGJ AM

Rio Preto da Eva AM

SELO ELETRÔNICO TJAM - SELO
REC FIR004580CT11NWTF9W1S1A81. Valor do
ato: R\$ 5,87, Parte(s): RENATO DO
NASCIMENTO DE FREITAS, Tipo:
RECONHECIMENTO DE FIRMA POR
AUTENTICIDADE, Consulte o selo em
<https://cidadao.portalseoam.com.br/> ou através
do QR Code:



Maria do P. Socorro Pascoal de Faria
Oficiala RID
CPF: 970.281.562-49
Port. nº 275-TJ
Rio Preto da Eva - Am

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO

REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Certifico que está devidamente registrado neste Ministério sob o Nº AM 000154-6 o estabelecimento:
MANAOS INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS LTDA - EPP

CNPJ/CPF Nº: 15.129.498/0001-64

Inscrição Estadual: 053210689

Localizado a: Agência de Correio Rio Preto da Eva, Nº Nº S/N, LOTEAMENTO CANAÃ RUA MONTE OREBE
LOTE 35 E 36.

Bairro: Centro

Município: Rio Preto da Eva

UF: AM

CEP: 69.117-970

Área: VINHOS E BEBIDAS

Atividade	Classificação	Característica Adicional	Denominações	Classificação Concedida em
BEBIDAS EM GERAL	ENVASILHADOR OU ENGARRAFADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	ENVASILHADOR OU ENGARRAFADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	EXPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	EXPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	IMPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	IMPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	PRODUTOR OU FABRICANTE	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	PRODUTOR OU FABRICANTE	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	

REGISTRO CONCEDIDO EM 23/01/2014

REGISTRO RENOVADO EM 31/08/2017

ESTE REGISTRO É VÁLIDO ATÉ: 31/08/2027

Manaus-AM, 21 de Setembro de 2017

LUDMILLA VERÔNICA GONÇALVES
Auditora Fiscal Federal Agropecuária
Chefe do SIFISVIDENSA-AM



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO

REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Certifico que está devidamente registrado neste Ministério sob o Nº AM 000154-6 o estabelecimento:
MANAOS INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS LTDA - EPP

CNPJ/CPF Nº: 15.129.498/0001-64

Inscrição Estadual: 053210689

Localizado a: Agência de Correio Rio Preto da Eva, Nº Nº S/N, LOTEAMENTO CANAÃ RUA MONTE OREBE
LOTE 35 E 36.

Bairro: Centro

Município: Rio Preto da Eva

UF: AM

CEP: 69.117-970

Área: VINHOS E BEBIDAS

Atividade	Classificação	Característica Adicional	Denominações	Classificação Concedida em
BEBIDAS EM GERAL	ENVASILHADOR OU ENGARRAFADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	ENVASILHADOR OU ENGARRAFADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	EXPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	EXPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	IMPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	IMPORTADOR	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	
BEBIDAS EM GERAL	PRODUTOR OU FABRICANTE	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	AÇAÍ	
BEBIDAS EM GERAL	PRODUTOR OU FABRICANTE	BEBIDA NÃO FERMENTADA NÃO-ALCOÓLICA	POLPA DE FRUTA	

REGISTRO CONCEDIDO EM 23/01/2014

REGISTRO RENOVADO EM 31/08/2017

ESTE REGISTRO É VÁLIDO ATÉ: 31/08/2027

Manaus-AM, 21 de Setembro de 2017

LUCIMILLA VERONICA L. GONÇALVES
Auditora Fiscal Federal Agropecuária
Chefe de SIFIS/DECA/SPA-AM